

Em Guayaqui, no Equador, ondas de morte e desaparecimento- Resumo por Amanda Rossi

Em Guayaqui, no Equador, ondas de morte e desaparecimento

Quando a Covid-19 se espalhou, famílias tiveram que cuidar de cadáveres por dias. Agora, muitos se perguntam onde seus entes queridos estão enterrados.

Publicado em 22 de abril de 2020

RESUMO EM PORTUGUÊS:

O primeiro caso de Covid-19 no Equador foi identificado em 29 de fevereiro. Era uma mulher de 71 anos que havia voltado de Madri, na Espanha, para Guayaqui, a maior cidade do Equador, com mais de 2 milhões de pessoas. Dali em diante, a doença se espalhou tão rapidamente pela cidade que as autoridades não conseguiram acompanhar.

Há divergências sobre o número de vítimas. Na primeira metade de abril, a província de Guayas, onde fica Guayaqui, teve 6,7 mil mortes. É muito mais do que o número esperado para essa época do ano, em torno de 1 mil mortes, por todas as causas. Porém, em todo o Equador, foram confirmadas apenas 537 mortes por Covid-19 desde o começo do ano.

O número de mortos foi tão alto que a cidade não teve condições de lidar com todos eles. Pelas ruas da cidade, centenas de corpos e caixões se acumularam. Dentro das casas, famílias tiveram que conviver com os familiares mortos por dias. O calor acima de 30 graus Celsius acentuava o odor da morte.

O corpo do pai de Evelyn Bastidas, de 28 anos, moradora dos arredores de Guayaquil, ficou quatro dias estirado no chão da sala de casa, aguardando ser retirado por autoridades funerárias. Orlando era motorista de táxi e ajudava a sustentar a família. “Nós nunca imaginamos algo assim. É tão horrível. Eu não desejo isso para ninguém. Isso não é um animal. Isso é o meu pai”, disse Bastidas, se referindo ao corpo na sala.

Recentemente, o governo empregou uma força especial para coletar os caixões e corpos. Então, começaram a surgir outras preocupações. “A polícia nos disse para ficarmos atentos para que o corpo não desaparecesse”, diz Bastidas. Há relatos de que as vítimas estão sendo enterradas em valas comuns, mas o governo nega.